

“É preciso enxugar o Estado”

ROSÂNGELA BITTAR

FMI
“Não podemos garrotear o povo brasileiro. Mesmo que coloque em risco o acordo com o FMI, é melhor não colocar em risco a nação.”

O que falta para os novos governos começarem a governar, saíndo da discussão de problemas pessoais e das acusações sobre quem é o culpado pela crise?

– Acho que tivemos na sexta-feira dois fatos que têm de encerrar esse assunto. Primeiro, a reunião dos governadores com o presidente. Não sei se foi a melhor coisa essa reunião conjunta, mas, seja como for, foi um encontro dos governadores, onde todos falaram dos seus problemas. E o presidente vai tentar equacioná-los sem quebra dos princípios que nortearam a renegociação das dívidas. Outro fato positivo foi a aprovação do nome do Arminio Fraga.

Como a aprovação pode influir na crise econômica e política?

– Se o Arminio tiver êxito nas primeiras medidas que adotar, dando como resultado uma fixação bem menor da taxa do dólar, é óbvio que haverá um alívio na economia.

O senhor partiu para o ataque no caso do acordo com o FMI. Nesse caso, o senhor é contrário ao governo?

– Acho que, tem de negociar com o FMI, porque necessitamos dessa negociação, mas não poderemos nos curvar às exigências. O FMI, quando muito, pode ter metas. Agora, a maneira de conseguir as metas deve ser nossa. Porque essas metas do FMI são ruins e a população brasileira não aceita.

Devemos tratar o FMI como um organismo de métodos discutíveis?

– Não. Não é tratar como questão de métodos discutíveis, porque isso não seria hábil. Mas tratar como um organismo que está negociando com um país soberano.

Essa imposição de metas sufocantes está acontecendo?

– Nessa negociação de agora, evidentemente que o Senado não está disposto a aceitar se ela for lesiva aos interesses nacionais, sobretudo às camadas mais populares.

Que tipo de exigência o senhor considera lesiva?

– Acho que é lesiva quando ele diz: “A meta é cortar o orçamento neste setor social”. Não vamos cumprir. Nós não podemos garrotear o povo brasileiro.

Isto não colocaria em risco o acordo?

– Mesmo que coloque, é melhor não colocar em risco a nação.

Sua crítica à negociação com o FMI, um dos pontos fundamentais do combate à crise, não enfraquece o governo?

– Não. O governo americano, por exemplo, cansa de dizer que não pode fazer determinadas coisas porque seu Senado não permite. Não é que se vá romper com o FMI. Mas dizer: até aí pode; fora daí, não pode.

O senhor acha que o presidente está isolado, enfraquecido, passando o pior momento de seus dois governos?

– Olha, isolado... Ele só se isola se quiser. Enfraquecido em relação à eleição, é inegável. Que ele pode se reabilitar, porque já esteve enfraquecido assim e criou condições de reabilitação, também é possível, sobretudo porque tem méritos para conseguir. Agora, tudo isso passa por uma agenda positiva. E essa agenda positiva, infelizmente o governo está demorando a tomar, ou por posições internas que não sabemos ou porque não está sendo ágil como a nação quer.

O Ministério está fraco para reagir a esse imobilismo?

– Não direi que o Ministério está fraco. Acho que, na formação do governo, ampliou-se demais a área administrativa, desnecessariamente. De modo que estamos enxugando de um lado e, quando se criam coisas desnecessárias, gastando, infelizmente, do outro. É preciso mudar a organização administrativa do Estado, que, por questões políticas, partidárias, foi ampliada. Tratar de extinguir órgãos e fazer menos política partidária e mais a política que o país precisa.

O senhor falou, no discurso inaugural da legislatura, na contribuição que alguns tribunais dariais ao país se fossem extintos. O senhor está pensando no Superior Tribunal Militar?

– No Superior Tribunal Militar, em um exame no Tribunal Superior do Trabalho e nos tribunais regionais do Trabalho, que representam excrescências no país, ainda mais com juízes classistas.

O PFL foi o único partido que, na primeira semana de Congresso, reuniu a bancada e a Executiva, ouviu seus economistas, promoveu encontros de seus governadores, elaborou propostas concretas sobre a crise. Há quem tenha interpretado tudo isto como vigor de campanha sucessória...

– Quem estiver pensando em sucessão, num país nessa situação, evidentemente não é normal. O que o PFL quer é apresentar sugestões para serem examinadas pelo governo. Isso é a coisa mais natural de um partido que apóia com tanta fidelidade o governo.

Existe a possibilidade de o PFL abandonar este governo?

– Não. E cada vez que a situação estiver mais difícil, moralmente somos obrigados a apoá-lo. Mas isso não significa que vamos carimbar erros. Aí vamos dizer: “presidente, aqui não

O senador Antonio Carlos Magalhães acha que o presidente Fernando Henrique Cardoso está inegavelmente enfraquecido com relação à eleição que lhe deu um segundo mandato em primeiro turno, e a sua reabilitação depende da execução de uma agenda positiva que, na sua opinião, está demorando a fazer. Nela, defende o senador, deve ser incluída uma ação firme no sentido de mudar a organização administrativa do estado, inclusive reduzindo a máquina com a extinção de órgãos. “O governo ampliou demais a área administrativa, desnecessariamente. Estamos enxugando de um lado e gastando do outro”. Restrições, como esta à falta de agilidade do governo para começar a atuar, o senador faz também às negociações conduzidas pela equipe econômica com o Fundo Monetário Internacional. No discurso com que instalou os trabalhos do Congresso em 1999, na última segunda-feira, ACM surpreendeu os parlamentares, do governo e da oposição, pela crítica direta e contundente ao acordo que o Brasil negocia com o Fundo.

Nesta entrevista ao JORNAL DO BRASIL, concedida em Brasília, ele reafirma e amplia estas objeções. “O Senado não vai aceitar a negociação com o FMI se ela for lesiva aos interesses nacionais, sobretudo às camadas mais populares”. Segundo disse o senador, um acordo lesivo é o que tem como meta, por exemplo, o corte de orçamento na área social. “Nós não podemos garrotear o povo brasileiro”. Isso não o impedi, no entanto, de conduzir com firmeza o processo de sabatina e aprovação do novo presidente do Banco Central, Arminio Fraga Neto, no Senado, na última sexta-feira. As dificuldades evidentes nas relações entre governo federal e estados, questão que agravou a crise econômica com alta dose de tensão política nos primeiros dois meses deste ano, decorrem, segundo ACM, da Constituição de 88. “Nós estamos pagando o preço da Constituição”. De qualquer forma, defende que todos cumpram suas obrigações. “Não se pode chegar e dizer que o governador eleito não tem nada a ver com seu antecessor”.

Brasília – Carlos Eduardo



dá.”

Se ficar com a crise econômica como tema único o governo não corre o risco de perder no balanço final mais à frente, como se diz que perderá a essência de todo o primeiro mandato caso, em maio próximo, haja inflação alta, indexação, e, como consequência, destruição de tudo o que se fez até aqui?

– Isso não vai acontecer. O governo está se armado para evitar que isso aconteça, porque isso seria péssimo para o país. Agora, eu acho também que nós devemos ter uma colaboração geral. Isso entra pela colaboração dos empresários, pela colaboração da imprensa no sentido de criar um ambiente psicológico melhor para o país, porque ninguém pode, em depressão, conseguir tirar o país de uma situação difícil. Tem que ser com grandes esperanças e nós temos capacidade para fazer isso. Esta não é a primeira crise do Brasil. Já tivemos várias, piores do que esta. Então o que cabe agora é trabalhar e ter competência.

Como deve ser a relação da União com os Estados e do presidente com os governadores?

– Tem que ser como sempre foi. Não se pode chegar e dizer que um governador foi eleito então não tem nada com o seu antecessor. O estado é permanente e a união é permanente. Então ninguém pode ficar culpando o outro. E quando se vai governar, já se sabe o que se vai encontrar. Então os governadores dizem: “Ah, encontrei isso do meu antecessor.” É conversa fiada. Encontrei do meu antecessor e em seis meses resolvi tudo na Bahia. Portanto, as relações têm que ser normais, cada um cumprindo

do suas obrigações. Agora, tudo isso decorre da Constituição de 88 que não soube bem balizar o problema do estado, da união e do município. Nós estamos pagando o preço da Constituição.

E como é que se restabelecem essas relações?

– Na medida em que o governo resolva os seus problemas econômicos, esse relacionamento tende a ser ótimo. Os governadores, no fundo, não querem pegar o desgaste que o governo federal está tendo.

O senhor acredita que o Itamar Franco é candidato e já deflagrou uma campanha pela sucessão do Fernando Henrique?

– O desejo do Itamar ser presidente eu acho que ele tem, e é até natural que qualquer governador tenha ou querer ministro de estado, qualquer político tenha. Entretanto, eu não vejo esta como uma maneira de chegar. Muitos políticos acham que ele tem mais mídia assim. Mas na medida em que ele não resolva os problemas de Minas ele não pode pensar nem em ser candidato ao Senado, quem dirá à Presidência da República. Sem resolver Minas, e essa fuga na maneira de enfrentar problemas, uma intransigência para encobrir incompetência, ou falta de vontade de fazer, é muito difícil.

Se o senhor fosse dar um palpite hoje ao Fernando Henrique nessa questão da relação dele com o Itamar, o senhor diria o quê?

– Eu diria que houve um avanço muito grande de troca de palavras impróprias. Minha inteligência nesse assunto era o governo ter se fixado numa posição e não discutir. Depois, chama-

maria um a um, para ver suas dificuldades.

Uma vez que se chegou a este ponto, como se sai dele?

– Aí, como tem um cardeal no meio, que é o Dom Serafim, a gente não pode perder a esperança. E rezar para Deus dar juízo ao governador Itamar. Ele não conhece a situação e fica dizendo: “Eu não tenho dinheiro para pagar a Polícia Militar, não tenho dinheiro para dar comida aos detentos”. Ele não propõe uma fórmula: “Eu vou fazer assim para dar comida aos detentos, eu vou fazer assim para pagar a Polícia Militar”. Então fica como bravata em vez de estar trabalhando na coisa certa. E depois, tem que se cercar de auxiliar competente.

A competência é tudo num governo, seja federal, estadual ou municipal. Você pode ter bons e maus amigos. Mas só deve governar com os competentes.

E ele não está governando com os competentes?

– Na minha ótica, muitos não são. A começar pelo secretário da Fazenda, o Dupeyrat.

Houve uma reunião da direção do seu partido esta semana para discutir a disputa de 2000 no PFL do Rio entre o César Maia e o Conde. O problema permanece?

– Não, está resolvido, eu até participei.

E verdade que o seu candidato é o Conde?

– Não. Meu candidato é a união. E esse assunto eu considero resolvido. Eu falei com as duas partes e as duas partes concordaram com as fórmulas que nós apresentamos, de uma divisão de comando no diretório local, meio a meio. Quem vai ser o presidente é o Rubem Medina e não vai haver convenção no dia 6.

CONSTITUIÇÃO

“Nós estamos pagando o preço da Constituição de 88, que não soube balizar o problema do estado, da união e do município.”

SUCESSÃO

“Sem resolver o problema de Minas, Itamar não pode nem pensar em ser candidato ao Senado, que dirá à Presidência da República.”

COMPETÊNCIA

“Só se deve governar com auxiliares competentes e, em Minas, muitos não são. A começar pelo secretário da Fazenda, o Dupeyrat.”